



EDITAL E ANEXOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2023

OBJETO: contratação de empresa especializada para ministrar o curso teórico e prático de tiro, com armamento profissional e tiro de calibre, permitido para obtenção de porte de arma funcional para os integrantes da Guarda Civil Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 794 de 25 de Setembro de 2017, Art. 186 seguintes combinados com o termo de cooperação técnica para concessão de autorização de porte de arma de fogo da Polícia Federal Nº 08255.006421/2021-05 e Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

	Eduardo Magalhães - BA, situada na Rua Jose Ramos Anchieta nº 187 - Bairro Jardim Primavera
Informações Oficiais.	E-mail: licitacao@pmlm.ba.gov.br – Telefone (77) 3628-9800. <u>SAI - Diário Oficial - Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães</u>

1- PREÂMBULO

1.1 A Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães - BA, através do seu Pregoeiro, torna público que realizará licitação, na modalidade de Pregão, regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, por este edital, seus anexos e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações, a ser realizada em sessão pública, conforme local, data e horário e locais supracitados.

1.2. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, e que não possibilite a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, conforme publicações a serem realizadas no Diário Oficial do Município.

2- OBJETO

2.1. Constitui objeto desta licitação a **contratação de empresa especializada para ministrar o curso teórico e prático de tiro, com armamento profissional e tiro de calibre, permitido para obtenção de porte de arma funcional para os integrantes da Guarda Civil Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 794 de 25 de Setembro de 2017, Art. 186 seguintes combinados com o termo de cooperação técnica para concessão de autorização de porte de arma de fogo da Polícia Federal Nº 08255.006421/2021-05 e Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, conforme quantitativos e especificações indicados no Anexo I deste edital.**



3 - PAGAMENTOS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1. A programação financeira para custear as despesas inerentes ao objeto desta licitação, correrão por conta da seguinte dotação:

ÓRGÃO/UNIDADE: 02.11.000 – SEC. MUN. DE SEG., ORDEM PUBLICA E TRÂNSITO

PROJETO/ATIVIDADE: 06.181.038.2060 GESTÃO DAS AÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL

FONTE DE RECURSO: 15000000 - REC. não Vinc. de Imp.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00000000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

3.2. O pagamento devido ao Fornecedor será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, através de crédito em conta, após ter sido devidamente atestada a entrega de acordo com as especificações ajustadas.

3.3. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do Fornecedor junto aos órgãos fazendários, mediante consulta “online”, cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

4 – CREDENCIAMENTO

4.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar desta sessão pública.

4.2. Cada licitante far-se-á representar por seu titular ou mandatário constituído e somente estes serão admitidos a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, pelo representado.

4.2.1. Caso a procuração não seja pública, será necessário o reconhecimento da firma do subscritor, que deverá ter poderes para outorgá-la.

4.2.2. A procuração de que trata o item anterior deverá ser apresentada em conjunto com a cópia autenticada do Contrato Social ou equivalente da empresa.



4.3. Nos casos em que a empresa estiver representada por sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o mesmo deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, devidamente acompanhada do documento original para autenticação na Sessão, ou cópia autenticada em cartório, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4. Não será admitida a atuação de um único representante legal para duas ou mais empresas.

4.5. O representante legal que não apresentar o Documento de Credenciamento ficará impedido de apresentar lances, não poderá se manifestar durante a Sessão e ficará impossibilitado de responder pela empresa e interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita (exceto quando da ausência da declaração citada no item 4.7, deste Edital).

4.6. Para fins de credenciamento o licitante poderá adotar o modelo na forma prevista no **Anexo II (Modelo de Credencial)**, acompanhado da devida identificação através de sua Carteira de Identidade ou outro documento, com foto, equivalente.

4.7. Juntamente com a procuração ou credencial, deverá ser apresentada **DECLARAÇÃO** do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital, conforme **Anexo III (Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação)**, para fins de cumprimento do disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/02.

4.7.1 No caso da ausência da **Declaração** acima citada, a mesma poderá ser elaborada de próprio punho na sessão pública, pelo representante devidamente credenciado pela licitante.

4.8. Quando na firma ou denominação social da microempresa ou da empresa de pequeno porte não constar, respectivamente, as abreviações "**ME**" ou "**EPP**", juntamente com o credenciamento, será exigida, para fins de aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/06 e alterações, a comprovação de tal enquadramento, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:



- a) Certidão Simplificada atualizada emitida pela junta comercial da sede da licitante;
- b) Declaração do próprio licitante, atestando, sob as penas da lei, o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.9. Inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, cartão (CNPJ) atualizado.

4.9.1. Após o encerramento da fase de credenciamento não será permitida a participação de retardatários, salvo na condição de ouvintes.

4.9.2. Em todas as etapas do processo licitatório, a aceitabilidade de documentos assinados de forma digital e/ou eletrônica, estará condicionada à apresentação do respectivo comprovante de certificação, contendo os eventos e meios disponíveis para confirmar a autenticidade do documento, em conformidade com o Art. 4º inciso II, da Lei Federal Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação requisitada no item 9 deste Edital.

5.2. Poderão participar desta licitação, em condições diferenciadas, as microempresas e empresa de pequeno porte, na forma prescrita da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

5.3. Não poderão participar da presente licitação:

5.3.1. Pessoas físicas;

5.3.2. Empresas em regime de subcontratação ou, ainda, em consórcio;

5.3.3. Empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;



5.3.4. Empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

5.3.5. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou.

5.3.6. Empresas que não tenham cumprido, integralmente, contratos anteriores firmados ou que, embora ainda vigente, se encontrem inadimplentes com qualquer das obrigações assumidas, quer com esta Prefeitura, quer com outros órgãos e entidades públicas.

5.3.7. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

5.3.8. Empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com esta Prefeitura.

5.4. Os licitantes deverão proceder, antes da elaboração das propostas, a verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, comunicando por escrito até 2 (dois) dias úteis da reunião de abertura da licitação, os erros ou omissões porventura observadas.

5.4.1. A não comunicação no prazo acima estabelecido implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, omissões ou falhas.

5.4.2. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser protocolados junto ao Pregoeiro no horário de funcionamento normal da repartição, ou encaminhados no e-mail: licitacao@pmlm.ba.gov.br.

6 - FORMA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1. Os elementos que compõem a **PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO** devidamente ordenada e numerada serão apresentados em 02 (dois) invólucros distintos e lacrados, os quais deverão conter na parte frontal:



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães

Pregão Presencial: 013/2023

Objeto: contratação de empresa especializada para ministrar o curso teórico e prático de tiro, com armamento profissional e tiro de calibre, permitido para obtenção de porte de arma funcional para os integrantes da Guarda Civil Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 794 de 25 de Setembro de 2017, Art. 186 seguintes combinados com o termo de cooperação técnica para concessão de autorização de porte de arma de fogo da Polícia Federal Nº 08255.006421/2021-05 e Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA

Endereço do licitante:

Identificação dos Envelopes:

- **ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL**
- **ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO**

6.2. A colocação de elemento(s) do envelope da Proposta Comercial no envelope da Documentação acarretará a inabilitação do licitante.

6.3. Não serão reconhecidas as Documentações e Propostas via fax ou e-mail, Documentações e Propostas enviadas via postal serão reconhecidas desde que recebidas no Setor de Licitações até o horário de início da sessão de abertura.

6.4. Os envelopes nº 01 e 02, devidamente lacrados e identificados, deverão ser entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, no momento de apresentação dos documentos para credenciamento.

7 - PROPOSTAS COMERCIAIS

7.1. A Proposta Comercial, formulada conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital, e os documentos que a instruírem quando for o caso, será apresentada obedecendo aos seguintes requisitos:



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

7.1.1. Em uma via, impressa preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante (exceto documentos emitidos por terceiros que sejam a ela anexadas, quando couber), rubricadas em todas as suas páginas e assinada na última, sob carimbo, pelo representante legal, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, redigida em língua portuguesa, salvo expressões técnicas de uso corrente em outra língua.

7.1.2. Preço em moeda nacional com aceitação de dois dígitos após a casa decimal;

7.1.3. Preço unitário e total de todos os itens, e valor total do lote cotado em algarismo e por extenso, sendo que caso haja divergência entre o valor unitário e o total será considerado o valor unitário, e entre os expressos em algarismos e por extenso, será considerado o valor por extenso;

7.1.4. Conter declaração que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento de materiais, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães para execução completa do fornecimento;

7.1.5. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

7.1.6. Marca de todos os produtos licitados, (quando for o caso).

7.1.7. Validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.2. A Proposta de Preço deverá ainda conter o nome ou razão social do proponente, o endereço completo, os números de telefone e fax e o endereço eletrônico (e-mail), se houver, para contato.

7.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais/serviços respectivos serem fornecidos à Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA sem quaisquer ônus adicionais.



7.4. A apresentação da proposta comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5. As propostas comerciais serão abertas pelo Pregoeiro, em ato público, no dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

7.6. Abertos os envelopes contendo as propostas, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram as propostas comerciais apresentadas pelos licitantes.

7.7. A aceitação da proposta será feita por lote.

7.8. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:

7.8.1. Não atendam às exigências do edital e seus anexos;

7.8.2. Contiverem emendas, borrões ou rasuras;

7.8.3. Apresentem cotação de opção de produto/serviço (proposta alternativa).

7.8.4. Não apresentar a marca do produto licitado; quando o for o caso;

7.8.5. Apresentar valores unitários e totais, maiores que os fixados no termo de referência.

8 - JULGAMENTOS DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

8.1. O processo de julgamento das propostas será efetuado pelo menor preço global.

8.2. Serão classificados para lance pelo Pregoeiro os licitantes que apresentarem proposta com menor preço e os demais licitantes que apresentarem propostas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela de menor preço.



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

8.3. Caso não seja verificado, no mínimo, 03 (três) propostas escritas nas condições do item 8.2, serão classificadas as melhores propostas, até o número máximo de 3 (três).

8.4. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.5. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.7. Caso não sejam apresentados lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.8. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor.

8.9. Para fins de julgamento das propostas, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio levarão em conta o critério de menor preço por global, assim entendido o menor valor oferecido apresentado pelas licitantes presentes.

8.10. Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, o licitante será desclassificado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

8.11. Serão desclassificadas as propostas que não atendem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou ainda preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

8.12. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todos os licitantes para, no prazo de 4 (quatro) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

8.13. No caso de absoluta igualdade de duas ou mais propostas, adotar-se-ão os critérios definidos no § 2º, do art. 45, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.14. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8.15. Nas situações previstas nos itens 8.8 e 8.10, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.16. Finalizada a fase de lances, para fins de verificar a exequibilidade dos preços, é facultado ao Pregoeiro solicitar da licitante vencedora Planilha de Composição de Preços Unitários, que deverá ser composta pelos encargos, taxas, fretes e demais emolumentos que incidirão na formulação dos preços finais ofertados para execução do objeto.

8.17. Quando comprovada a existência de inexequibilidade de preços, o Pregoeiro desclassificará a menor proposta e as propostas subsequentes que se enquadrarem na mesma situação da primeira, selecionando como vencedora a proposta que, avaliada a sua exequibilidade, for aceitável para plena e satisfatória execução contratual.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

9.2. No Envelope n.º 02 (Documentação) deverão constar os documentos exigidos para habilitação, apresentados em 1 (uma) via, com todas as páginas rubricadas pelo representante legal e encabeçadas por índice, no qual constem as respectivas páginas nas quais se encontram, conforme listagem abaixo:

9.2.1. Quanto à HABILITAÇÃO JURÍDICA:



9.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.1.5. Cópia autenticada dos documentos pessoais (identidade e CPF) dos sócios ou proprietário.

9.2.2. Quanto à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.2.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;

9.2.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos



sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade de Situação - CRS;

9.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.2.7. Consulta consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.2.3. Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.2.3.1. A empresa licitante deverá, objetivando demonstrar sua qualificação técnica, apresentando atestado(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovado ter executado serviços com características, prazos e quantidades compatíveis com o objeto da licitação.

9.2.3.2. Os atestados deverão conter as seguintes informações do (s) emitente (s): Razão social, endereço, telefone, prazo em que os serviços foram executados, devidamente assinados pelo responsável pela fiscalização dos serviços acompanhados.

9.2.3.3. O(s) Atestado (s) apresentado (s) poderá (ao) ser diligenciado (s) de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, onde se necessário, serão solicitadas ao emitente, notas fiscais, contratos de fornecimento e demais documentos que valide as informações do documento.

9.2.3.4. Comprovação de **CR (Certificado de Registro)** em nome da empresa licitante, junto ao Exército Brasileiro, em plena validade,

9.2.3.5. Comprovação de que possui na equipe técnica da empresa licitante os seguintes profissionais, regularmente habilitados:

9.2.3.6. **Instrutor de Armamento e Tiro**, credenciado pela Polícia Federal para exercer as atividades de instrução de Tiro, ministrar curso de armamento, aplicação de provas e emissão de certificados, destinadas à



capacitação e ao aprimoramento técnico para o manuseio de armas de fogo.

- 9.2.3.7. **Profissional formado em Psicologia**, devidamente credenciado pela Polícia Federal para exercer a atividade, comprometendo-se a apresentar os respectivos registros quando até a data da assinatura do contrato.
- 9.2.3.8. Comprovação de vínculo entre os profissionais da equipe técnica e a empresa licitante, devendo ocorrer por meio das seguintes formas:
- 9.2.3.9. Contrato de prestação de serviços, com firma reconhecida em cartório.
- 9.2.3.10. Registro de Carteira Profissional, nos termos da CLT.
- 9.2.3.11. Quadro societário, documento de constituição da empresa (contato social).
- 9.2.3.12. **Declaração do licitante**, informando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições do local de execução do objeto, para o fiel cumprimento das obrigações objeto da licitação. (ANEXO-VIII).

9.2.4 quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios e apresentados na forma da Lei e que comprovem a boa situação da empresa, conforme o prescrito no artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Com o advento do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e da ECD (Escrituração Contábil Digital), nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 787/2007, as empresas enquadradas no regime de "Lucro Real", não mais registram o Livro Diário na Junta Comercial, como faziam anteriormente. Atualmente, as empresas enviam eletronicamente sua escrituração contábil à



Receita Federal (por meio do SPED e ECD) e esta (Receita Federal) fica responsável pelo envio à Junta Comercial.

9.2.4.1. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.2.4.2 Todas as empresas que se enquadrarem nas Instruções Normativas RFB nº 787 e DNRC nº 107 não poderão apresentar o balanço patrimonial registrado na Junta Comercial e devidamente assinado pelo administrador da empresa e profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC; a obrigação é a escrituração digital. O balanço patrimonial, Escrituração Contábil Digital (ECD), através do SPED – Serviço Público de Escrituração Digital possui todas as informações previstas nas Instruções Normativas, como dados do Administrador da empresa e Contabilista, termos de abertura e de encerramento; todas estas informações de forma eletrônica.

9.2.4.3. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, optantes do SIMPLES, caberá ao licitante demonstrar a sua situação financeira conforme Resolução CFC N.º 1.418 aprovou a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que em seu item 26 estabeleceu que: 26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários. (Grifei e negritei).

Os licitantes deverão apresentar, com base nas informações disponibilizadas no balanço patrimonial, os índices que medem a situação financeira da empresa (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Grau de Endividamento), apurados por meios das seguintes fórmulas:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL (GEG)

$$GEG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}}{\text{Ativo Circulante}}$$



Ativo Total

OBS. 1: Os valores mínimos para tais indicadores deverão ser:

- Compras e Serviços:
- ILG maior ou igual a 1,0;
- ILC maior ou igual a 1,0;
- GEG menor ou igual a 1,0.

OBS. 2: Obterão classificação econômico-financeira relativa ao Balanço Patrimonial, as empresas que apresentarem pelo menos dois dos três indicadores iguais ou superiores aos limites estabelecidos.

9.2.4.4. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica, com data de expedição de no máximo 30 (trinta) dias da data da sessão da abertura dos envelopes contendo toda a documentação de habilitação.

9.2.4.5. Comprovação de patrimônio líquido de, no mínimo, **10% (dez por cento por cento)** do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei.

9.2.5 OUTROS DOCUMENTOS:

9.2.5.1. Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, como também não admite qualquer trabalho à menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854/99), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, visando cumprimento ao disposto no Inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (ANEXO VII).

9.3. TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES)

9.3.1. Na presente licitação, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), devidamente identificadas nos termos do art. 72 da Lei



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Comissão de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.3.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 9.3.2, implicará na inabilitação do licitante e decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.3.1. Na ocorrência da hipótese prevista no dispositivo anterior, será facultado à Comissão de Licitação declarar vencedor do certame o licitante, efetivamente habilitado, que tenha apresentado a melhor proposta, ou opinar pela revogação da licitação.

9.3.4. Em caso de empate entre as propostas apresentadas, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.3.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.3.5. Para efeito do disposto no item 9.3.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a", serão convocadas as



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 16.2.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no item 16.2.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.3.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.3.7. O disposto nos itens 9.3.4 e 9.3.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.4. Os documentos solicitados a título de habilitação deverão ser apresentados em original ou cópias autenticadas por tabelião ou por servidor da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães. No caso de apresentação de documentos em cópias não autenticadas, o Pregoeiro poderá solicitar da licitante a apresentação dos originais de posse do representante na sessão para conferência de veracidade dos documentos.

9.4.1. As cópias dos documentos apresentados, que forem emitidos através da Internet, NÃO necessitarão estarem autenticadas, tendo em vista que todos eles condicionam a sua validade à verificação de autenticidade nos respectivos sites, ficando os licitantes advertidos que, no caso de apresentação de documentos falsificados, a Administração levará a situação ao conhecimento do Ministério Público, para que este órgão apure a responsabilidade do fato.

9.5. Se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.



9.6. Em nenhum caso será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, e a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante.

9.7. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

10 - ADJUDICAÇÃO

10.1. Caso não haja manifestação de recurso, o objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão Presencial e seus Anexos forem declarados vencedor.

11 - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A empresa vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços em até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de emissão da ordem de serviço/empenho.

11.2. A Prefeitura não se obriga em contratar os serviços na sua totalidade, devendo ser executados de acordo com os quantitativos solicitados, nas condições estabelecidas na proposta vencedora.

11.3. Os serviços de que se trata o presente Edital deverão ser executados:

11.3.1. Provisoriamente, pelo responsável pela Secretaria Municipal Solicitante, sendo lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 2 (duas) vias de igual teor, na forma do disposto na alínea "a" do inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.3.2. Definitivamente, dentro do período de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento provisório, após a recepção técnica efetuada por técnicos da Prefeitura, após certificado de que os bens foram entregues de acordo com o solicitado, em perfeitas condições, quando será lavrado Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, em 2 (duas) vias de igual teor, na forma do disposto na alínea "b" do inciso II do art. 73 da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.4. Na hipótese de constatação de anomalia que comprometa a execução dos serviços objeto deste Edital, bem como se constatado divergência entre os serviços ofertados e os entregues, os mesmos serão rejeitados, no todo ou em parte, conforme dispõe o art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93.



11.5. Ocorrendo rejeição dos serviços, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for comunicado da citada rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de o não fazendo, ensejar nas sanções cominadas em Lei.

11.6. Ainda que os serviços sejam recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da empresa vencedora pela validade, qualidade e segurança dos mesmos.

12- OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

12.1. Caberá ao licitante vencedor realizar o objeto desta licitação, de acordo com a proposta apresentada, ficando o seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução e, especialmente:

12.1.1. Fornecer o material pronto para uso, sendo de sua responsabilidade a carga e descarga no local indicado pela Prefeitura.

12.1.2. Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação;

12.1.3. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação;

12.1.4. Comunicar à Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

13- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

13.1. O fornecimento do objeto da presente licitação será executado mediante formalização do contrato de prestação de serviços, a ser assinada pelas partes, cuja minuta encontra-se no Anexo IX, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. o contrato de prestação de serviços decorrente da presente licitação a ser assinada com o licitante vencedor terá o seu prazo de vigência por 120 (cento



e vinte) dias, contado da data da assinatura.

13.3. Os preços poderão ser revistos, nos limites autorizados pelo Governo Federal, quando do aumento nos valores dos materiais, que comprovadamente afetem o equilíbrio físico-financeiro dos preços registrados, caso em que será celebrado termo aditivo onde se discriminem os novos preços em vigor.

13.4. A Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães - BA providenciará por sua conta, a publicação do extrato do contrato de prestação de serviços celebrado no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura.

13.5. O licitante vencedor terá o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães - BA, para assinatura do contrato de prestação de serviços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o licitante que:

14.1.1. Ensejar o retardamento da execução do certame,

14.1.2. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato de prestação de serviços

14.1.3. Comportar-se de modo inidôneo,

14.1.4. Fizer declaração falsa; ou.

14.1.5. Cometer fraude fiscal.

14.2. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

14.2.1. Multa de 2% (dois por cento) ao dia de atraso até o 5º (quinto) dia após a data fixada para entrega dos materiais, a partir do 6º (sexto) dia até o limite do



10º (décimo) dia multa de 4% (quatro por cento) calculada sobre o valor do pedido em atraso.

14.2.2. A partir do 11º (décimo primeiro dia) será caracterizada inexecução total da obrigação, podendo o Município de Luís Eduardo Magalhães - BA, rescindir a o contrato de prestação de serviços, sujeitando-se o Fornecedor ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste;

14.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na entrega advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

14.4. Para fins de aplicação das sanções previstas neste capítulo, será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.5. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no cadastro da Prefeitura, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato de prestação de serviços e das demais cominações legais.

15 - IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

15.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente instrumento convocatório.

15.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante deverá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas imediatas dos autos.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.



15.5. A apresentação escrita do recurso deverá ser protocolada junto ao Pregoeiro no horário de funcionamento normal da Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães - BA, não sendo aceitos, em nenhuma hipótese, aqueles encaminhados via fax ou por meio eletrônico.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e será anulada por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.2. Ocorrendo anulação ou revogação desta licitação, a Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães - BA providenciará a publicação no seu quadro de avisos, contando-se a partir do primeiro dia útil subsequente o prazo para a solicitação de reconsideração.

16.3. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento do interesse público, a finalidade e a segurança do contrato de prestação de serviços a ser firmado.

16.4. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões meramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

16.5. Serão lavradas atas dos trabalhos desenvolvidos em ato público de abertura dos envelopes, as quais serão assinadas pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e representantes credenciados presentes.

16.6. Os quantitativos poderão ainda ser alterados, observando-se os limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.7. É facultado ao licitante formular protestos, consignando-os nas atas dos trabalhos, para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

16.8. O Pregoeiro e/ou o Prefeito Municipal, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, se reserva ao direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

16.8.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.9. A licitação não implica proposta de contrato por parte da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães - BA.

16.10. A qualquer momento, poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso a Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães - BA, Preto tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

16.11. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

16.12. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio.

16.13. Quaisquer dúvidas quanto à interpretação do presente Edital e seus Anexos poderão ser dirimidos pelo Pregoeiro, desde que apresentadas por escrito, conforme prazo estabelecido no subitem 5.4 deste Edital, e encaminhadas ao Pregoeiro, cujo telefone para contato é o de nº (77) 3628-9000.

16.14. As dúvidas serão respondidas por escrito mediante correspondência encaminhada a todos os interessados.



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

16.15. Havendo qualquer dúvida da Comissão na análise da Qualificação Técnica, poderá a mesma solicitar um parecer técnico de profissional qualificado.

16.16. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

16.16.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.16.2. Anexo II - Modelo de Credencial;

16.16.3. Anexo III - Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação.

16.16.4. Anexo IV - Modelo de Apresentação de Proposta Comercial

16.16.5. Anexo V - Modelo de Planilha de Preços

16.16.6. Anexo VI - Modelo de Declaração de ME/EPP

16.16.7. Anexo VII - Modelo de Declaração que não emprega menor

16.16.8. Anexo VIII - Modelo de Declaração de conhecimento técnico-operacional

16.16.11. Anexo IX – Minuta do Contrato de Prestação de serviços

16.17. O Foro da Comarca de Luís Eduardo Magalhães - BA será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas que possam vir a decorrer do presente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

Luís Eduardo Magalhães/BA, 09 de março de 2023.

ONDUMAR FERREIRA BORGES JUNIOR

Prefeito Municipal



ANEXO – I

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO

10. DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Lei nº. 8.666/93, atualizada, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

1.2. Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, que instituiu modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

1.3. Lei complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte.

1.4. Nas Normas ABNT;

1.5. Agrupamento por Lote.

1.5.1. A administração agrupou os itens deste Termo de Referência por lotes levando em consideração o Art. 8º, §2º do decreto nº 7.892/2013:

“Art. 8º: O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação de serviço”.

...

§2º. ...deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.”

A administração visa com isso, uma maior padronização nos serviços e também diminuir o valor do custo total por lote, haja vista, que a concorrente poderá



diminuir seu preço em virtude da quantidade total dos serviços ofertados no lote, e ainda facilitando o controle contratual com a empresa ganhadora do lote. Diante do exposto, faz-se necessário agrupar os itens por lote, viabilizando a excelência da administração.

1.6. Lei Nº 794/2017, 21 de setembro de 2017, que Regulamenta o Estatuto e Plano de Carreira da Guarda Civil Municipal de Luís Eduardo Magalhães, regulamenta o Uso de Arma de Fogo da Guarda Civil Municipal, Cria a Ouvidoria e Corregedoria da Guarda Civil Municipal.

1.7. Lei Nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que institui normas gerais para as guardas municipais.

1.8. Portaria Nº 003-CGCSO/DIREX/PF/DF, de 03 de dezembro de 2020.

11. DO OBJETO

11.2. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para ministrar curso teórico e prático de tiro, com armamento profissional e tiro de calibre, permitido para obtenção de porte de arma funcional para os integrantes da Guarda Civil Municipal, de acordo com a Lei 794 de 25 de Setembro de 2017, Art. 186 seguintes combinados com o termo de cooperação técnica para concessão de autorização de porte de arma de fogo da Polícia Federal Nº 08255.006421/2021-05 e Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, de acordo com as especificações constantes deste documento.**

11.3. O regime de execução dos serviços é: Empreitada por preço unitário.

12. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

12.2. A Guarda Civil Municipal de Luís Eduardo Magalhães, foi fundada em 2003 e tem contribuído para a segurança municipal desde a proteção patrimonial em ruas, postos de saúde, escolas, prédios públicos, eventos públicos e festivos, como realiza blitz em conjunto com a Superintendência de Transporte e Trânsito (SUTRANS) e Polícia Militar (85ª CIPM), recupera veículos roubados e furtados, presta apoio em operações da polícia Militar (85ª CIPM) com rondas em bairros com índice de maior criminalidade, venda de drogas e porte ilegal de



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

arma de fogo, atende ocorrências de perturbação de sossego, dá apoio centro de apoio a mulher (CAM) que é um serviço de suporte e fortalecimento de mulheres vítimas de violência doméstica.

12.3. Por esse motivo há interesse recíproco entre a Guarda Civil Municipal de Luís Eduardo Magalhães - BA e a Polícia Federal no acordo de cooperação técnica para concessão de porte de arma de fogo, pelo fato de serem órgãos que estão interligados no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e que em conjunto visam o aumento da segurança da população. Por esse motivo uma das exigências por parte da Polícia Federal é concluir um curso de armamento e tiro para o presente acordo.

12.4. Outro requisito, é o fato que a Guarda Civil Municipal de Luís Eduardo Magalhães desempenha papel importantíssimo na segurança pública municipal e que a torna um braço forte como força de segurança auxiliar, com esse acordo firmado a (GCM-LEM) poderá contribuir ainda mais para a redução da criminalidade e atuar com mais preparo aos demais órgãos de segurança.

12.5. O público-alvo da atuação da Guarda Civil Municipal de Luís Eduardo Magalhães é a maior segurança da população Luiseduardense e por fim esperamos sempre a melhoria da redução da criminalidade, o aumento da sensação de segurança, o aperfeiçoamento, nivelamento da (GCM-LEM) e uma melhor atuação com as forças de segurança.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.1. As despesas para custear o objeto deste Termo correrão por conta da seguinte programação:

ÓRGÃO/UNIDADE: 02.11.000 – SEC. MUN. DE SEG., ORDEM PUBLICA E TRÂNSITO

PROJETO/ATIVIDADE:

06.181.038.2060 GESTÃO DAS AÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL

FONTE DE RECURSO: 15000000 - REC. não Vinc. de Imp.

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.9.0.39.00.00000000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

14. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

1.2.A capacitação para acesso ao Porte Funcional de Arma de Fogo terá os seguintes requisitos:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO / SERVIÇO	UNID.	QTD.	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
1	PISTOLA CALIBRE .40 E REVOLVER CALIBRE .38 - Instrução, ou seja, curso para capacitação e treinamento em tiro para o porte institucional, bem como aplicação de teste de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo. A primeira etapa que é o curso, deverá ter carga horária total de 70 (setenta) horas, conforme Portaria nº 003- CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020 - PF, dividido em turmas, tendo como base a matriz curricular para disciplina de armamento e tiro dos cursos Formação de Guarda Municipais, com no mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) da carga horária de instrução prática. Deverá a empresa fornecer alvos tipo humanoide e quatro cores, tamanho 72 cm x 54 cm, medida padrão exigido	NUMERO DE PARTICIPANTES	57	R\$ 2.519,00	R\$ 143.583,00



<p>pelo Departamento de Polícia Federal: Aplacação de teste de capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo para 57 servidores do cargo efetivo de Guarda municipal de Luís Eduardo Magalhães - Ba; 15.960 (Quinze mil, novecentos e sessenta) munições , calibre .40 originais de fábrica, peso do projétil 165 grains, velocidade e energia do projétil de 313 m/s; 6.840 (seis mil, oitocentos e quarenta) munições, calibre .38 originais de fábrica, peso do projétil 165 grains, velocidade e energia do projétil 313 m/s; obreias para alvo nas cores preta ou branca com padrão 2,5 cm para tiro prático; Stand de tiro (IN-DOOR) ou (OUT-DOOR) para a prática de tiro, com capacidade para instrução prática do quantitativo de 57 guardas Municipais; teste psicológico emitido por psicólogo credenciado pela Polícia Federal; 57 apostilas para aula teórica impressa em papel A4 com todo conteúdo programático, conforme este Termo de Referência; instrução</p>				
--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

	teórica e prática com instrutor de tipo credenciado pelo Departamento de Polícia Federal e aplicação de teste de capacidade técnica para porte de arma de fogo, conforme legislação vigente, por instrutor de tiro credenciado pelo departamento de Polícia Federal, não sendo o mesmo que ministrou a instrução, ou seja, Curso para Capacitação e Treinamento em tiro para o porte institucional.				
2	ESPINGARDA CALIBRE .12 E CARABINA .40 - Instrução, ou seja, curso para capacitação e treinamento em tiro para o porte institucional, bem como aplicação de teste de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo. A primeira etapa que é o curso, deverá ter carga horária total de 30 (trinta) horas, conforme Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020 - PF, dividido em turmas, tendo como base a matriz curricular para disciplina de armamento e tiro dos cursos Formação de Guarda	NUMERO DE PARTICIPANTES	57	R\$ 2.519,00	R\$ 143.583,00



<p>Municipais, com no mínimo de 65% (sessenta e cinco por cento) da carga horária de instrução prática. Deverá a empresa fornecer alvos tipo humanoide e quatro cores, tamanho 72 cm x 54 cm, medida padrão exigido pelo Departamento de Polícia Federal: Aplacação de teste de capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo para 57 servidores do cargo efetivo de Guarda municipal de Luís Eduardo Magalhães - Ba; 2.850 (dois mil, oitocentos e cinquenta) munições , calibre .12 originais de fábrica, munições gauge .12, cartucho 24 grains, chumbo 7, velocidade e energia do projétil de 412 m/s, 2850 (dois mil, oitocentos e cinquenta) munições calibre .40, originais de fábrica, peso do projétil 165 grains, velocidade e energia do projétil de 313 m/s, obreais para alvo nas cores preta ou branca, com padrão 2,5 cm para tiro prático; stander de tiro (IN-DOOR) ou (OUT-DOOR) para a prática de tiro, com capacidade para instrução prática do quantitativo de 57 Guardas</p>				
---	--	--	--	--



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

Municipais, teste psicológico emitido por psicólogo credenciada pela Polícia Federal, 57 apostilas para aula teórica impressa em papel A4 com todo conteúdo programático, conforme este Termo de Referência; Instrução teórica e prática com instrutor de tipo credenciado pelo Departamento de Polícia Federal e aplicação de teste de capacidade técnica para porte de arma de fogo, conforme legislação vigente, por instrutor de tiro credenciado pelo Departamento de polícia Federal, não sendo o mesmo que ministrou a instrução, ou seja, Curso para Capacitação e Treinamento em tiro para o porte institucional.				
VALOR TOTAL GLOBAL:			R\$ 287.166,00	

O valor global estimado da contratação é de **R\$ 287.166,00 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e sessenta e seis reais)**.

1.3. A média de preços acima citada foi retirada de três orçamentos referente a valores praticados no mercado atual. Não foram utilizados valores referentes ao banco de preços pois a Secretaria não localizou um serviço semelhante ao objeto licitado, conforme anexo.

1.4. A carga horária mínima da disciplina de armamento e tiro nos cursos de



formação para Guardas Civis Municipais fica estabelecida em 160 horas, sendo 60 horas para revólver e 100 horas para pistola, e deve obedecer ao mínimo de 65% de conteúdo prático, sendo dividida em:

- a) 56 horas teóricas;
- b) 104 horas práticas, incluída a prova de avaliação de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo.

1.5.A quantidade mínima de disparos na disciplina de armamento e tiro fica estabelecida em 400 disparos, divididos em:

- a) Revólver: 120;
- b) Pistola: 280.

A aptidão na disciplina de armamento e tiro prevista neste Plano de Trabalho habilitará o Guarda Civil Municipal para o porte de revólver e pistola, cumpridas as demais exigências para emissão do porte junto à Polícia Federal.

1.6.A avaliação de capacidade técnica deverá ser realizada com a principal arma de porte da Guarda Civil Municipal e conforme orientação contida na Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020.

1.7.Considerando que a disciplina de armamento e tiro ministrada no curso de formação é requisito para o Acordo de Cooperação Técnica para concessão do porte de arma funcional, é obrigatório o uso de revólver e pistola, conforme Art. 1º da Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020.

1.8.Curso Complementar de arma longa (espingarda ou carabina) de uso permitido por parte da Guarda Civil Municipal, é necessária a realização de curso complementar em armas longas a ser ministrado conforme Art. 8º da Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020.

1.9.Poderão participar de o curso complementar de habilitação em armas longas os Guardas Civis Municipais que já detêm o porte de arma, conforme o acordo de cooperação técnica firmado entre a Polícia Federal e a Prefeitura, ou que tenham finalizado a disciplina de armamento e tiro, durante o curso de formação da Guarda Civil Municipal.

1.10. A carga horária mínima da disciplina de armamento e tiro no curso



complementar de habilitação em armas longas de uso permitido fica estabelecida em 40 horas e deve obedecer ao mínimo de 65% de conteúdo prático, sendo dividida em:

- a) 14 horas teóricas;
- b) 26 horas práticas, incluída a prova de avaliação de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo.

1.11. A quantidade mínima de disparos no curso complementar de habilitação em armas longa fica estabelecida em 100 disparos, divididos entre espingarda e carabina.

1.12. Caberá à Guarda Civil Municipal desenvolver os planos de aula em acordo com as orientações previstas no currículo do curso complementar de habilitação em armas longa.

1.13. A avaliação de capacidade técnica será realizada com espingarda e carabina, conforme orientação contida na Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020.

1.14. Caso haja interesse na utilização de armas longas de uso restrito ou de outra espécie por parte da Guarda Civil Municipal, esta deverá justificar a necessidade do emprego do armamento e, em caso de deferimento do pedido, será necessária a realização de curso complementar, cujo currículo mínimo será definido pelo coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos para o caso concreto.

1.15. No valor estão inclusos todos os custos para total execução do objeto, incluindo todos os insumos, impostos e taxas, despesas com transporte e outras despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

1.16. A carga horária do curso de formação será dividida da seguinte forma: a Divisão de Ensino da Guarda Civil Municipal ministrará 100 horas da parte teórica do curso de formação e 100 horas da parte teórica e prática ficará a cargo da empresa licitante.

15. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.2. O curso deve seguir as diretrizes da matriz curricular nacional para



formação do curso de Armamento e tiro estabelecido pela Polícia Federal para obtenção de porte para arma de fogo;

15.3. A parte teórica do curso deverá ser ministrado na sala de instrução da Divisão de Ensino da Guarda Civil Municipal, local apropriado e disponibilizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

15.4. A empresa deve se responsabilizar pela locomoção e estadia, incluindo alojamento e alimentação de seus instrutores no município;

15.5. A parte prática do curso deverá ser realizada em estande de tiro devidamente credenciado para tal, pelas autoridades competentes, podendo ser próprio com distância máxima de 100Km do centro do município de Luís Eduardo Magalhães - BA, ficando sob responsabilidade da empresa a estadia (caso seja necessário) dos Guardas Civis Municipais nos dias de treinamento prático fora da sede do município, restando ao município a responsabilidade pela locomoção dos Guardas Civis até o local de treinamento;

15.6. Ao término do curso de formação, o aluno deverá ser avaliado no exame de porte de armas, determinado pela Polícia Federal.

16. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.2. A empresa licitante deverá, objetivando demonstrar sua qualificação técnica, apresentar atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovado ter executado serviços com características, prazos e quantidades compatíveis com o objeto da licitação.

16.3. Os atestados deverão conter as seguintes informações do (s) emitente (s): Razão social, endereço, telefone, prazo em que os serviços foram executados, devidamente assinados pelo responsável pela fiscalização dos serviços acompanhados.

16.4. O(s) Atestado (s) apresentado (s) poderá (ao) ser diligenciado (s) de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, onde se necessário, serão solicitadas ao emitente, notas fiscais, contratos de fornecimento e demais documentos que valide as informações do documento.

16.5. Comprovação de **CR (Certificado de Registro)** em nome da empresa



licitante, junto ao Exército brasileiro, em plena validade,

16.6. Comprovação de que possui na equipe técnica da empresa licitante os seguintes profissionais, regularmente habilitados:

16.6.3.1. **Instrutor de Armamento e Tiro**, credenciado pela Polícia Federal para exercer as atividades de instrução de Tiro, ministrar curso de armamento, aplicação de provas e emissão de certificados, destinadas à capacitação e ao aprimoramento técnico para o manuseio de armas de fogo.

16.6.3.2. **Profissional formado em Psicologia**, devidamente credenciado pela Polícia Federal para exercer a atividade, comprometendo-se a apresentar os respectivos registros quando até a data da assinatura do contrato.

16.7. Comprovação de vínculo entre os profissionais da equipe técnica e a empresa licitante, devendo ocorrer por meio das seguintes formas:

16.7.3.1. Contrato de prestação de serviços, com firma reconhecida em cartório.

16.7.3.2. Registro de Carteira Profissional, nos termos da CLT.

16.7.3.3. Quadro societário, documento de constituição da empresa (contato social).

16.7.3.4. **Declaração do licitante**, informando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições do local de execução do objeto, para o fiel cumprimento das obrigações objeto da licitação. (ANEXO-VIII).

17. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.2. Para a execução do objeto será formalizado Contrato Administrativo, cuja minuta acompanha o Edital de licitação, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo, o Edital e a Proposta de Preços da empresa vencedora.

17.3. O prazo de validade do contrato será de **120 (cento e vinte) dias**, com início na data de sua assinatura.



18. DO PRAZO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.2. Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços emitida pela Secretaria Municipal competente. A critério do Gestor do Contrato Administrativo, o prazo de início poderá ser adiado.

18.3. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de competente, o qual fará a verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes no Contrato Administrativo.

18.4. A presença da fiscalização do Município não elide, nem diminui a responsabilidade da Contratada.

18.5. Os produtos/serviços rejeitados, devido a uso de materiais não especificados e/ou considerados mal executados, deverão ser executados corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a Contratada com o ônus decorrente do fato.

18.6. A fiscalização poderá exigir o afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que venha a causar embaraço ou adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

18.7. A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados neste Termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.2. Executar o objeto contratado com características exigidas no Contrato Administrativo e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração;

19.3. Cumprir rigorosamente o Edital e os prazos estabelecidos, sujeitando-se à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

19.4. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;

19.5. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da comunicação para esse fim específico;

19.6. Comunicar à Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

19.7. Manter informada a Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães quanto a mudanças de endereço, telefones, fax e e-mail de seu estabelecimento;

19.8. Atender com prontidão as reclamações por parte do Contratante, quanto ao objeto da presente licitação;

19.9. Fica a Contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do Contrato Administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.10. A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza *sine qua non* para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza;

19.11. Cumprir fielmente o objeto do presente instrumento, seguindo a legislação vigente, inclusive as Instruções Normativas dos órgãos de fiscalização;

19.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93;

19.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



20.2. Relacionar-se com a Contratada exclusivamente com pessoa por ela credenciada;

20.3. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do Contrato Administrativo;

20.4. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.

20.5. Anotar em registro próprio e notificar à Contratada por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

20.6. Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para execução do fornecimento e demais informações que esta venha a solicitar para o bom desempenho do fornecimento ora contratado;

20.7. Informar à Contratada nome e telefone do gestor da Contrato Administrativo e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

21. DA FORMA DE PAGAMENTO

21.2. O pagamento à Contratada será efetuado mediante entrega do objeto, no prazo de 30 (trinta) dias contados da protocolização da Nota Fiscal com o devido ateste do recebimento do objeto.

21.3. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal acompanhada dos documentos descritos no Item 13, todos devidamente conferidos por servidor público responsável.

21.4. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

21.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, serão os mesmos restituídos à Contratada para as correções necessárias, sendo automaticamente alteradas as datas de vencimento, não respondendo o Município por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

21.6. Para facilitar a realização dos pagamentos, deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal o número do respectivo empenho e os dados bancários da



Contratada.

22. DA DOCUMENTAÇÃO

22.2. A Nota Fiscal comumente apresentada pelos fornecedores chama-se Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, o qual deverá vir necessariamente, acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica, obtida por meio do link da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ, conforme exigência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

22.3. Deverão ser encaminhados juntamente com o DANFE, os seguintes documentos: Nota Fiscal Eletrônica e as Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista). A falta de um desses documentos impossibilitará a realização dos pagamentos.

PASSO A PASSO PARA OBTENÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA:

Acessar o link:

http://sistemasweb.sefaz.ba.gov.br/servicos/nfe/Modulos/Geral/NFENC_consulta_chave_acesso.asp

Digitar a Chave de Acesso, localizada no canto superior direito (abaixo do código de barras) do DANFE;

Digitar Código Impresso ao Lado; Clicar em Consulta Resumida; Clicar em Imprimir NF-e.

23. SANÇÕES E PENALIDADES

23.2. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

23.3. Para a aplicação das penalidades previstas será levado em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, por força do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme discriminado a seguir:



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

- a) Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado da Licitante e/ou Contratada, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao Município.
- b) A inexecução total ou parcial do contrato, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a Contratada à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, se prevista, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- b.2) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso no cronograma do fornecimento, aplicado sobre a parcela do fornecimento em questão;
- b.3) 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, após o trigésimo dia de atraso no cronograma do fornecimento, aplicado sobre a parcela do fornecimento em questão;
- c) A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.
- d) A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da Contratada faltosa, se houver.
- e) Se o valor da multa exceder ao da garantia eventualmente prestada, além da perda desta, a Contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- f) Não tendo sido prestada garantia, a Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à Contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.
- g) As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

23.4. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os que incorrerem nos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.555/00 e suas alterações posteriores.



23.5. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos na Lei Federal nº 10.520/02.

24. DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

24.2. Toda e qualquer informação quanto à execução do objeto, após formalização do Contrato Administrativo, deverá ser dirigida ao Setor de Licitação, por meio de documento a ser entregue e protocolado.

Luís Eduardo Magalhães/BA, 09 de março de 2023.

JOÃO PAULO ALVES NASCIMENTO

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito.



A N E X O - II
MODELO DE CREDENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2023

(usar papel timbrado da empresa, incluído endereço e CNPJ)

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2023.

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal
Luís Eduardo Magalhães/BA

Senhor Pregoeiro,

Pela presente, designamos o Sr.(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida
pelo(a) _____, para nos representar no processo licitatório relativo ao
Pregão Presencial nº _____, podendo o mesmo formular lances verbais à
proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar
documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar impugnação a recursos,
assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim, praticar todos os atos
inerentes à referida licitação.

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do outorgante

(Obs.: é necessário o reconhecimento da firma do outorgante).



A N E X O - III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2023

(usar papel timbrado da empresa, incluído endereço, telefone e CNPJ).

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ao

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA

Sr. Pregoeiro,

A(Razão Social da empresa), CNPJ °....., localizada à..... **DECLARA**, para fins de participação na licitação **Pregão Presencial nº.....**, promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA e sob as penas da lei, de que atende a todas as exigências de HABILITAÇÃO contidas no referido Edital.

Local de data,

(Identificação e assinatura do responsável pela empresa)



A N E X O - I V

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2023

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA

Rua Jose Ramos Anchieta nº 187 - Bairro Jardim Primavera CEP - 47850-000.

Prezados Senhores,

Atendendo à convocação feita pelo edital de licitação, tendo como objeto a **contratação de empresa especializada para ministrar o curso teórico e prático de tiro, com armamento profissional e tiro de calibre, permitido para obtenção de porte de arma funcional para os integrantes da Guarda Civil Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 794 de 25 de Setembro de 2017, Art. 186 seguintes combinados com o termo de cooperação técnica para concessão de autorização de porte de arma de fogo da Polícia Federal Nº 08255.006421/2021-05 e Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA**, objeto da licitação em referência, declarando expressamente, que:

- Recebemos todas as informações e documentos necessários à elaboração da proposta;
- Acompanha esta Proposta a Planilha de Preços contendo a descrição, quantidade, valor unitário e global do(s) item (ns), bem como total geral por extenso;
- O material cotado atende a todas as exigências do Edital relativas a especificação e características, inclusive técnicas;



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

- Concordamos, sem qualquer restrição, com as condições de execução e entrega indicadas no Edital e seus Anexos, comprometendo-nos a proceder a execução do objeto desta licitação;

- Nos preços propostos estão inclusas todas as despesas e custos relacionados com a execução, especialmente, os de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães para execução completa do fornecimento.

- o portador desta carta Senhor _____, R.G. _____, está devidamente habilitado a prestar todas as informações e esclarecimentos requeridos sobre nossa proposta e autorizado a assumir, em nome desta empresa, os compromissos e obrigações relacionados com esta licitação;

- a proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua entrega.

- Concordamos em entregar todos os materiais que forem solicitados, em até 02 (duas) horas, a contar da sua solicitação, bem como estamos cientes da distância fixada no termo de referência.

Local e data

(Nome, cargo e assinatura do representante legal ou procurador)
(Número de identidade do declarante)



A N E X O - V
MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2023

(usar papel timbrado da empresa, incluído endereço, telefone e CNPJ).

LOTE ()						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$

Validade da proposta: 60 dias

Prazo de Entrega: 15 dias, após a solicitação

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo/Telefone:



A N E X O - V I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

(Impresso em papel timbrado ou carimbo da empresa)

Pela presente, DECLARAMOS, sob as penas da lei, que a empresa (razão social da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida à (endereço completo da empresa), enquadra-se na condição de _____, para fins de cumprimento da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

Local e data,

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL
IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO

ASSINATURA DO CONTADOR RESPONSÁVEL
NÚMERO DO CRC DO CONTADOR



A N E X O - V I I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

(Impresso em papel timbrado ou carimbo da empresa)

Pela presente, DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que esta empresa em qualquer fase de suas atividades, não utiliza trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, combinado com o artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

Local e data,

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL
IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO



A N E X O - VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2023
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO TÉCNICO- OPERACIONAL

Por este, a empresa (razão social) inscrita no CNPJ sob o nº xxx, com sede na XXX, DECLARA que recebeu todos dos documentos concernentes à licitação, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; em conformidade com o Art. 30 da Lei 8.666/93 e suas Alterações.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

Local e data,

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL
IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO



A N E X O - X

**MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO Nº XXX/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2023**

O MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES - BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nºs 04.214.419/0001-05, com sede à Rua Jose Ramos de Anchieta, 187 Bairro Jardim Primavera 47850-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Ondumar Ferreira Borges Junior brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 1342764935 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 043.930.175-01, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, **JOÃO PAULO ALVES NASCIMENTO**, Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, assistidos juridicamente pela Procuradoria Geral do Município, na pessoa do senhor WILLTON BARBOSA NOVAES, Procurador Geral do Município, doravante CONTRATANTE e, do outro lado, a _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____/0001-__, estabelecida à Rua _____, nº __, Edifício _____, _____, no Município de _____, através de seu Sócio-Gerente, _____, portador de cédula de identidade nº _____ SSP/BA e CPF nº ____-__, denominando-se a partir de agora, simplesmente, CONTRATADA; firma o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de **Pregão Presencial n.º 013/2023**, pelo Prefeito Municipal em ____/____/____; sujeitando-se os contratantes à Lei Federal n.º 8.666/93 (com suas modificações), e às cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **contratação de empresa especializada para ministrar o curso teórico e prático de tiro, com armamento profissional e tiro de calibre, permitido para obtenção de porte de arma funcional para os integrantes da Guarda Civil Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 794 de 25 de Setembro de 2017, Art. 186 seguintes combinados com o termo de cooperação técnica para concessão de autorização de porte de arma de fogo da Polícia Federal Nº 08255.006421/2021-05 e Portaria nº 003-CGCSO/DIREX/DF/DF de dezembro de 2020, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Segurança e**



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

Trânsito, da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA, cuja descrição detalhada bem como as obrigações assumidas pela mesma, consta no processo licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 008/2023**.

ITEM	LOTE XXX					
	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
VALOR TOTAL:						XXX

Parágrafo Único. O processo, normas, instruções, assim também a proposta da **CONTRATADA** constante na licitação modalidade **Pregão Presencial nº 013/2023**, passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual independente de transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Este instrumento vigorará até por **120 (cento e vinte) dias**, a contar de sua assinatura, devendo ser observado à emissão da ordem de fornecimento pela autoridade competente, para início da execução.

Os prazos poderão ser prorrogados, conforme conveniência das partes, observando-se as possibilidades da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A Prefeitura não se obriga em adquirir os serviços na sua totalidade, devendo ser prestados de acordo com suas necessidades, mediante solicitação previamente formulada, nas condições estabelecidas na proposta vencedora.

3.2. O presente Contrato subordina-se ao regime de empreitada por preço unitário, sendo dele decorrentes as seguintes obrigações:

I- Da CONTRATADA:

a) prestar o(s) serviço(s) descritos) na Cláusula Primeira, de acordo com a proposta apresentada;



Prefeitura Municipal de **Luís Eduardo Magalhães**

- b) responder pelos vícios e defeitos ocultos do serviço;
- c) receber o preço estipulado na Cláusula Quinta.
- d) assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste contrato;
- e) não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
- f) comunicar à Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- g) a contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) O curso deve seguir as diretrizes da matriz curricular nacional para formação do curso de Armamento e tiro estabelecido pela Polícia Federal para obtenção de porte para arma de fogo;
- i) A parte teórica do curso deverá ser ministrado na sala de instrução da Divisão de Ensino da Guarda Civil Municipal, local apropriado e disponibilizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.
- l) A empresa deve se responsabilizar pela locomoção e estadia, incluindo alojamento e alimentação de seus instrutores no município;
- m) A parte prática do curso deverá ser realizada em estande de tiro devidamente credenciado para tal, pelas autoridades competentes, podendo ser próprio com distância máxima de 100Km do centro do município de Luís Eduardo Magalhães - BA, ficando sob responsabilidade da empresa a estadia (caso seja necessário) dos Guardas Cíveis Municipais nos dias de treinamento prático fora da sede do município, restando ao município a responsabilidade pela locomoção dos Guardas Cíveis até o local de treinamento;
- o) Ao término do curso de formação, o aluno deverá ser avaliado no exame de porte de armas, determinado pela Polícia Federal.

II- Do CONTRATANTE:

- p) pagar as despesas inerentes ao Contrato no valor, condições e situações estipuladas na cláusula quarta;



q) receber o (s) bem (s) descritos na Cláusula Primeira.

§ 1º. É obrigação comum o cumprimento dos prazos avençados neste instrumento.

§ 2º. Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de devolver, sem qualquer ônus, o serviço que não corresponda às características descritas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO

O objeto do presente contrato será recebido pelo **CONTRATANTE** na forma do disposto no inciso II do art. 73 da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações.

Parágrafo único. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, perfeição e especificação do objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, PAGAMENTO E REVISÃO.

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelo fornecimento do material objeto do presente contrato, a importância estimada de **R\$_____** (_____), fixada de acordo com o Edital de licitação **Pregão Presencial nº 013/2023**.

O pagamento devido ao contratado será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, através de crédito em conta, após ter sido devidamente atestada a entrega de acordo com as especificações ajustadas.

Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade do contratado junto aos órgãos fazendários, mediante consulta "online", cujos comprovantes serão anexados ao processo de pagamento.

Os preços poderão ser revistos, nos limites autorizados pelo Governo Federal, quando do aumento nos valores dos materiais, que comprovadamente afetem o equilíbrio físico-financeiro do Contrato, caso em que será celebrado termo aditivo onde se discriminem os novos preços em vigor.



CLÁUSULA SEXTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária do Município de Luís Eduardo Magalhães/BA à conta da seguinte programação:

ÓRGÃO/UNIDADE: 02.11.000 – SEC. MUN. DE SEG., ORDEM PUBLICA E TRÂNSITO

PROJETO/ATIVIDADE: 06.181.038.2060 GESTÃO DAS AÇÕES DA GUARDA MUNICIPAL

FONTE DE RECURSO: 15000000 - REC. não Vinc. de Imp.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00000000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Reconhecidos os direitos da Administração, previstos nos Arts. 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, este Contrato poderá ser rescindido ainda:

I- Pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsistam condições para a continuidade dele;

II- Pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.

§ 1º. Mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, poderá haver a rescisão unilateral deste instrumento, reduzida a termo no processo, precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal, desde que haja conveniência administrativa e relevante interesse público, na forma estabelecida no art. 79, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

§ 2º. Poderá, também, ocorrer a rescisão amigável deste contrato, por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal, desde que haja conveniência administrativa, na forma estabelecida pelo art. 79, inciso II e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Serão aplicadas à **CONTRATADA** as sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações assumidas perante o **CONTRATANTE** na forma estabelecida no item 14 do Edital **Pregão Presencial nº 013/2023**.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução do fornecimento, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

§ 1º. O acompanhamento e fiscalização da execução deste contrato serão realizados pelo (a) Servidor (a) _____, Matrícula ____, lotado (a) na Secretaria Municipal de _____, designado (a) Gestor Operacional do referido contrato.

§ 2º. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato, será competente o foro da Comarca de Luís Eduardo Magalhães/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Luís Eduardo Magalhães/BA, __ de _____ de 2023.



Prefeitura Municipal
de **Luís Eduardo Magalhães**

ONDUMAR FERREIRA BORGES JUNIOR

Prefeito Municipal

JOÃO PAULO ALVES NASCIMENTO

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

WILTON BARBOSA NOVAES

Procurador Geral do Município

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHA 01: Nome: CPF:	TESTEMUNHA 02: Nome: CPF:
--	--